

# Algumas aproximações entre psicologia social e marxismo

## *Social psychology and marxism: some approaches*

**Francisco Teixeira Portugal, Filipe Boechat, Mariana Alves Gonçalves, Bruno Pizzi**

### Resumo

Este artigo examina algumas aproximações históricas entre a psicologia social e o marxismo. A indeterminação e a amplitude de cada um dos domínios em exame determinou que limitássemos nossa análise aos trabalhos cuja referência ao marxismo recebem destaque. Assim, em primeiro lugar, apresenta-se a psicologia social comunitária: sua formação histórica, seus conceitos, seus procedimentos e seus propósitos. Em seguida, discorre-se sobre o realismo crítico, com seus representantes e as suas principais reivindicações. Conclui-se que a referência ao marxismo, muito embora não constitua um atestado de fidelidade conceitual, favorece a reflexão histórica e epistemológica sobre a psicologia e a busca de legitimidade e espaço de atuação.

### Palavras-chave

Psicologia social; marxismo; psicologia social comunitária; realismo crítico; psicologia discursiva.

### Abstract

*This article probes some historical exchanges between social psychology and marxism. The vagueness and breadth of each of the areas under examination determined that we limited our analysis to the work which references to Marxism are given greater prominence. We firstly present the community social psychology in its historical formation, its concepts, its procedures and goals. Then, we discourse about critical realism, its representatives and its main claims. It is concluded that the reference to Marxism, although not a certificate of conceptual fidelity, encourages historical and epistemological thinking about psychology and its search for legitimacy and practice.*

### Keywords

*Social psychology; marxism; community social psychology; critical realism; discursive psychology.*

**Francisco Teixeira Portugal**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Doutor em Psicologia pela PUC-Rio; Professor adjunto do Departamento de Psicologia Social e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[fpportugal@ufrj.br](mailto:fpportugal@ufrj.br)

**Filipe Boechat**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[filipeboechat@gmail.com](mailto:filipeboechat@gmail.com)

**Mariana Alves Gonçalves**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[maryzen18@hotmail.com](mailto:maryzen18@hotmail.com)

**Bruno Pizzi**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[brunopizzi@gmail.com](mailto:brunopizzi@gmail.com)

## Introdução

À primeira vista, a tarefa de apresentar alguns pontos de contato entre psicologia social e marxismo parece condenada ao fracasso, e isso por duas séries de razões. Em primeiro lugar, porque a psicologia social não é uma ciência unívoca ou uma disciplina homogênea, isto é, um domínio de reflexão teórico-acadêmico constituído por um conjunto particular e relativamente delimitado de conceitos que incidam, por assim dizer, sobre um conjunto mais ou menos especificado de fenômenos, conferindo-lhes unidade e sentido; porque não existe, para falar propriamente, *uma* psicologia social, mas antes projetos particulares que definem sua particularidade por outros tantos critérios particulares, o que sempre tornou difícil qualquer tentativa de definição; porque a psicologia social não é, ao menos não sem controvérsias, uma ciência, havendo ainda quem a julgue uma filosofia social com forte coloração filantrópica. De um ponto de vista histórico, antes de sua transformação em disciplina acadêmica, a psicologia social não passava de um conjunto heterogêneo de reflexões sobre o funcionamento e o desenvolvimento do pensamento e do comportamento dos homens tomados em sociedade. Ela se situava, por essa razão, a meio caminho entre a psicologia e a sociologia, constituindo uma espécie de "ciência charneira", para retomar a famosa expressão de Jean Maisonneuve (1973).

No que tange aos seus conceitos, muito embora a psicologia social seja hoje, com efeito, uma disciplina bem estabelecida, incluída regularmente nos cursos de graduação em psicologia, contando com periódicos científicos, manuais e livros-textos próprios e uma extensa lista de autores dedicados exclusivamente ao seu desenvolvimento teórico e à sua difusão institucional; muito embora a psicologia social tenha se tornado, ao menos no Brasil, uma lenda bastante atraente, reunindo um grupo considerável de pós-graduandos e presente em mais de cinquenta por cento dos cursos de pós-graduação em psicologia; muito embora a psicologia social tenha certamente os seus conceitos e muito embora ela tenha efetivamente buscado lançar luz sobre alguns fenômenos particulares, seria absurdo acreditar que povo (Wilhelm Wundt), multidão (Gustave Le Bon), mente grupal (William McDougall), opinião pública (Gabriel Tarde, Floyd Allport) e representação social (Serge Moscovici), por exemplo, sejam todos conceitos compatíveis entre si, contribuindo, cada qual à sua maneira, para uma compreensão progressivamente maior de um só e mesmo fenômeno. Daí a afirmação de Nikolas Rose (2008), para quem a psicologia social cria seus fenômenos ao criar os seus conceitos.

No que diz respeito ao método, por sua vez, em que por um momento as ciências humanas julgaram poder encontrar a chave para a conquista da objetividade, aí também não é menos incorreto observar que a psicologia social sempre se encontrou dividida em disputas: enquanto alguns psicólogos sociais buscam, ainda hoje, adequar sua prática de pesquisa ao *modus operandi* das ciências físico-matemáticas, elaborando experimentos mais ou menos controlados, mais ou menos rigorosos, ansiando pela constituição de uma física e uma matemática sociais; e enquanto outros psicólogos sociais alegam, hoje mais do que nunca, a necessidade de uma maior atenção ao caráter qualitativamente diferenciado do fenômenos psicossociológicos, defendendo, conseqüentemente, a elaboração e a adoção de uma metodologia qualitativamente diferenciada, outros sugerem uma via intermediária, a meio caminho entre a quantidade e a qualidade, como se a solução para essa antiga disputa metodológica e para a suposta contradição existente entre o quantitativo e o qualitativo devesse ser buscada numa espécie de ecletismo metodológico. Outros, ainda, insurgem-se contra essa própria preocupação metodológica e advogam, contra toda metodolatria

(DANZIGER, 1990), o recurso à poesia e à experimentação, compreendida dessa vez num sentido inteiramente próprio.

Em segundo lugar, porque o marxismo, ele também, está longe de ser um movimento unívoco, uma doutrina estabelecida. Basta que se recordem as críticas dirigidas por Karl Korsch, Georg Lukács e Antonio Gramsci, já nas primeiras décadas do século XX, ao mecanicismo e ao evolucionismo dos primeiros marxistas; que se relembre sua proposta comum de reabilitação da dialética enquanto núcleo reprimido pelo marxismo-leninismo da II Internacional; que se observem suas divergências quanto ao sentido e ao papel da revolução e do Estado e seu acento comum na importância do fortalecimento das instituições representativas, para que nos convençamos de que as palavras de Marx não possuem qualquer propriedade mágica que lhe as torne infensas à interpretação e às disputas políticas que lhe são, por assim dizer, imanentes. Para que nos convençamos de que o marxismo também é uma lenda e que, portanto, da mesma maneira que a psicologia social, seu sentido e o seu valor, se podemos dizer que eles não são inteiramente ignorados, estão longe de haver sido definitivamente estabelecidos.

É bem aceito que o marxismo, à diferença da psicologia social, tem seus fundadores, o que acaba por limitar, em certa medida, a proliferação indefinida de seus conceitos. O que se vê, no entanto, é que essa filiação pouco contribuiu para evitar que, sob a unidade imaginária de sua lenda, perseverasse a ambiguidade e a diversidade de interpretações. Quando se toma, a título de exemplo, o conceito de ideologia, vemos a que extremos pode chegar a divergência das interpretações. Como disse certa vez Michel Löwy (1987, p. 9), "existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia."

É claro que o marxismo possui suas linhas gerais. E se é verdade que existe, como se buscou assinalar durante algum tempo, uma forte presença, em Marx e Engels, do pensamento hegeliano, essa herança de maneira alguma os impediu de produzir um número significativo de inovações conceituais. Submetido, porém, à censura stalinista, à cegueira auto-induzida do obscurantismo e dogmatismo partidários e submetido, sobretudo, às vicissitudes da história e das lutas que lhe constituem, essas linhas gerais não raro se mostraram, mais que gerais, vagas demais. Sob o efeito dessas determinações, o marxismo tornou-se uma ideologia, a ideologia do Estado soviético, contribuindo para que a arma da crítica degenerasse em sistema metafísico. Quando se observa a formação da psicologia soviética, vemos que o marxismo soviético representou a sua miséria e a sua riqueza. Se, por um lado, ele permitiu a elaboração de novos conceitos e a formulação de novos problemas, dotando a psicologia soviética de traços indubitavelmente originais, por outro lado, o seu materialismo representou para a pesquisa futura uma verdadeira camisa-de-força (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 26).

## Precauções metodológicas

Seja como for, se à primeira vista nossa tarefa parece fadada ao fracasso, um segundo lance de olhos parece torná-la possível. Afinal, a despeito de psicologia social e marxismo serem objetos de difícil apreensão conceitual, cuja definição permanece objeto de inúmeras controvérsias, nada disso apaga o fato de que ambos são *realidades históricas*, o que significa dizer, entre outras coisas, que seu significado e seu valor vão muito além da possibilidade de se lhes dar uma definição precisa. Nada disso apaga o fato de que uma certa psicologia social emergiu, na Alemanha, das reflexões de Wilhelm Wundt em torno do fenômenos psicológicos superiores, numa espécie de antropologia comparada. Não apaga o fato de

que, na França, ela tenha nascido das investidas conservadoras de Gustave Le Bon contra os novos (e perturbadores) aglomerados urbanos, as suas temíveis multidões, ou dos ensaios de Gabriel Tarde sobre a formação da opinião pública e sobre as modificações introduzidas no pensamento individual e coletivo pelo desenvolvimento dos novos meios de comunicação e de transporte. Que, na Inglaterra, ela tenha surgido de algumas tentativas selvagens de sintetizar o psicologismo com uma forma particular de lamarquismo social, dando início a uma longa tradição biologicista. Não apaga o fato, ainda, de que com a migração para o território norte-americano de alguns psicólogos europeus, a psicologia social tenha se tornado progressivamente uma disciplina acadêmica subordinada tanto à psicologia quanto à sociologia, herdando de cada uma, e sem diálogo, seus conceitos, suas preocupações metodológicas e, sobretudo, seus preconceitos a respeito da natureza do indivíduo e da sociedade (FARR, 2008, p. 183-192). Não apaga, da mesma maneira, o fato de que o marxismo, tenha sido definido ou não, foi (e continua sendo) uma das maiores tentativas de conceitualização dos movimentos reformistas e revolucionários internacionais, cujo destino histórico permanece uma incógnita a despeito de todas as investidas que procuram, indicando suas incongruências e as imprecisões de suas previsões, condená-lo ao ostracismo e censurá-lo ao passado do pensamento (BORON; AMADEO; GONZÁLEZ, 2006).

Mas uma história da relação entre psicologia social e marxismo não pode começar sem algumas pequenas ressalvas. É necessário, antes de tudo, observar que a historiografia recente da psicologia social, apesar de seu louvável esforço para se afastar de preconceitos positivistas, ainda tem, com grande frequência, se limitado a apresentar a história da psicologia social de um ponto de vista idealista, ou seja, a expor seu surgimento e seu desenvolvimento de um ponto de vista da história das ideias. Nessa forma historiográfica, tudo se passa como se as ideias psicossociológicas se sucedessem umas às outras à revelia das modificações sociais, políticas e econômicas que lhe são, por assim dizer, subjacentes, indo e vindo, vigorando e decaindo, segundo seu próprio movimento. Que se tome, por exemplo, o livro de José Luis Álvaro e Alicia Garrido (2006). Ali, a despeito da incontestável preocupação dos autores em trilhar os diversos caminhos históricos que deram origem às várias psicologias sociais desde seus primeiros autores no século XIX aos dias atuais, não é incomum encontrarmos como justificativa para a crise que se abateu sobre a disciplina, na década de 1970, a ideia de que ela teria sido motivada por uma crise ideológica, aquela do positivismo-lógico, bem como por algumas críticas internas dirigidas à insuficiência metodológica do modelo experimental (JAHODA, 2007, p. 216-217).

Em muitas outras ocasiões, nós nos deparamos com o seguinte enredo: após um primeiro momento, ainda no século XIX, marcado pela proliferação de psicologias sociais por toda a Europa Ocidental (Alemanha, França, Bélgica, Grã-Bretanha etc.), a psicologia social teria entrado num longo período positivista. Esse período, condicionado pela migração de muitos psicólogos europeus para os Estados Unidos da América nas primeiras décadas do século XX, teria sido marcado pela institucionalização da disciplina (sua apropriação acadêmica) e pela sua progressiva individualização e experimentalização (a adoção do comportamento individual como unidade de análise e a subscrição do experimento como método). Passadas algumas décadas, a psicologia social teria assumido uma posição radicalmente diferente, oposta ao dogmatismo experimentalista e eminentemente crítica, motivada, ao que tudo indica, pelos insucessos e pelos embaraços inerentes ao positivismo-lógico. A partir daí, ela buscaria aproximar-se, de maneira difusa, de orientações epistemológicas alternativas, mais preocupadas com a crítica e a transformação sociais. A insuficiência do modelo experimental em garantir a validade interna de seus resultados teria levado a um progressivo descrédito em torno da ideia da

existência de uma grande constelação de leis psicossociais, regendo mecanicamente a totalidade das relações sociais.

Acontece que essa postura idealista acaba por separar o saber psicológico de seus vínculos sociais e de seus compromissos políticos. Acaba por separá-lo, enfim, das funções que ele invariavelmente desempenha na economia sócio-política de um determinado período histórico. Ela o fragmenta, isolando-o das relações sociais e das configurações econômicas que lhe são contemporâneas. Se adotamos, porém, uma perspectiva histórico-dialética, vemos que a psicologia e, em particular, a psicologia social, assim como toda ciência humana, encontra-se com a história numa relação de determinação recíproca. De tal maneira que, para uma justa apreciação da formação e consolidação da psicologia social, acreditamos que seja necessário adotar essa outra perspectiva, dialética, na medida em que ela busca apreender as recentes modificações da história da psicologia social no quadro das recentes modificações sociais, políticas e econômicas, concebendo-as como momentos de um mesmo movimento; e, além de dialética, histórica, se não se quer incorrer num relativismo que se contenta em afirmar a transitoriedade incondicional das normas e dos valores.

## Resultados e discussões

Antes, porém, de tratarmos diretamente de algumas das formas pelas quais a psicologia social se encontra hoje com o marxismo, devemos justificar uma ausência. Gostaríamos de justificar o fato de não contarmos entre elas nenhuma das formas de psicologia social que tomam de empréstimo os conceitos e os problemas levantados pela teoria crítica ou pelo freudo-marxismo, cujo trabalho costuma ser, assim nos parece, de maior conhecimento dos marxistas. Embora reconheçamos sua importância, o trabalho de Adorno (1950) sobre a personalidade autoritária é, sem sombra de dúvida, um marco na história da psicologia social heterodoxa, na história dessa psicologia social alternativa à psicologia social que se consolidou no seio das universidades norte-americanas), sua ausência acreditamos justificada a partir da consideração de que, muito embora os trabalhos de T. Adorno e H. Marcuse, em particular, tenham seguramente representado no passado uma das formas mais produtivas do encontro entre a psicologia e o marxismo, sua contribuição não foi muito além de uma inspiração, não tendo produzido uma forma particularizada e institucionalizada de psicologia social. Talvez pela sua própria natureza assistemática e crítica e pela aversão à fragmentação e à especialização que testemunhava, o freudo-marxismo não conseguiu se ossificar numa forma particular de psicologia social, o que já não acontece em algumas alternativas à psicologia social ortodoxa nas quais a afirmação de sua identidade e sua autonomia conceitual e metodológica se manifesta mais acentuadamente.

Cuidando para não circunscrever essas psicologias à determinada geografia nacional ou identitária, mas aos locais em que ganharam consistência, são dois os casos que gostaríamos de analisar. Na América Latina, como exemplo de psicologias sociais heterodoxas temos movimentos como a Psicologia Social Comunitária (PSC), a Psicologia da Libertação e a Psicologia Sócio-histórica, em que a preocupação com a formação de um conjunto mais ou menos estável de proposições inspiradas em formulações marxistas é evidente. A designação é, muitas vezes, ampliada ainda mais e formulada com o nome de Psicologia Crítica. Aqui, porém, limitaremos nossa análise à PSC. Na Europa, por sua vez, temos um grupo de psicólogos que se reúnem em torno de uma orientação epistemológica a que se dá o nome de “realismo crítico”. Ainda que muitos dos envolvidos nessas legendas venham a indicar diferenças de maior ou menor alcance entre elas,

nosso propósito aqui não é exaustivo. Abordaremos, portanto, apenas as aproximações entre marxismo e PSC e o realismo crítico.

## Psicologia social comunitária e marxismo

Como já dissemos, uma das maneiras pelas quais a psicologia social aproximou-se da tradição marxista, de seus conceitos, de seu método e de suas preocupações mais gerais, expressa-se no que se convencionou chamar de Psicologia Social Comunitária. Mais do que uma resposta às insuficiências internas do positivismo-lógico ou uma alternativa a um modelo epistemológico aparentemente esgotado, a PSC impôs-se, desde seu surgimento, como uma ofensiva direta às suposições e às implicações que caracterizavam a psicologia social até então hegemônica, ela própria experimental e cognitivista. Ofensiva, portanto, ao individualismo e ao conformismo que lhe eram imanentes. Desenvolvendo-se a partir da década de 1970, ela respondia à exigência de relevância social que se impunha não apenas à psicologia social, mas a todas as demais ciências humanas e sociais, razão pela qual os impasses sociais, políticos e econômicos que caracterizavam os regimes latino-americanos (regimes estes que, na sua maioria, representavam políticas neoliberais) tornaram-se o objeto privilegiado de sua atenção.

Assim, se ela veio surgir, em certa medida, de um movimento acadêmico, que buscava elaborar críticas à chamada psicologia social *cognitivista*, até então hegemônica, por outro lado a PSC é fruto da própria luta de determinados setores sociais que, embora não pertencessem necessária ou diretamente às classes subalternas, com elas se identificavam em sua demanda por mudanças sociais. Essas novas propostas buscavam, portanto, diferenciar-se das orientações dadas à disciplina, questionando a falta de relevância social das pesquisas em psicologia social, reivindicando a constituição de um rumo próprio para a disciplina a partir da realidade social, política e econômica latino-americana e assumindo o compromisso com a transformação social. Os psicólogos sociais passaram a reivindicar uma ruptura para as produções aqui realizadas, dedicando-se a apresentar traços que lhe oferecessem originalidade. A definição de Montero (1994) para a psicologia social latino-americana atesta essa afirmação, enfatizando a historicidade, a atividade, o caráter dinâmico e dialético da realidade social, a inclusão da ideologia e da alienação nos fenômenos psicológicos, bem como o compromisso social e político.

O trabalho de Lane (2000, p. 60) reitera essa postura ao afirmar que a psicologia social latino-americana tem como desafio a busca por uma “ação transformadora através da participação consciente dos indivíduos que constituem uma comunidade” (p. 60), com o intuito de “contribuir para a eliminação das injustiças sociais, da opressão e da ignorância alienante social e psicologicamente” (LANE, 2000, p. 62).

Na opinião de Freitas (2000, p. 169), a publicação de Lane e Codo (*Psicologia Social. O homem em movimento*, 1984) constitui um marco na “trajetória de construção desta Psicologia Social que lutava por se manter e sobreviver em resistência aos clássicos modelos importados dos centros hegemônicos e exógenos de produção científica”, representando “[uma] leitura epistemológica sobre a *dialética marxista* presente neste campo disciplinar”.

A utilização dos termos ideologia, alienação, transformação social ou caráter dialético da realidade evidenciam o esforço para constituir novos caminhos inspirados na teoria marxista. O marxismo serviu de inspiração para que esses autores reivindicassem novos rumos para a psicologia social latino-americana e também para a constituição de um marco teórico, prático e epistemológico singular para as produções da disciplina neste continente.

O uso da teoria marxista seguiu duas direções. Serviu tanto para fazer uma contraposição à psicologia social cognitiva, majoritariamente desenvolvida nos EUA, como para propor que se fizesse algo inovador na psicologia social produzida em continente latino-americano.

Alguns setores da PSC são tomados como exemplo dessa tentativa de responder às críticas e propor mudanças para a Psicologia Social latino-americana ao convidar os psicólogos a formas de intervenção atentas aos novos objetivos da disciplina: deselitizar a psicologia, aproximar-se da realidade concreta da população e circular por lugares de trabalho que não os tradicionais à psicologia (escola, organizações e consultórios). O início da trajetória da PSC no Brasil foi marcado por uma tentativa de se aproximar de alguns setores da população, antes negligenciados por esses profissionais, e realizar algum tipo de intervenção, mesmo sem referenciais teóricos e objetivos bem definidos. O esforço era oferecer um novo direcionamento às intervenções da psicologia, endossado pelos argumentos da deselitização e não neutralidade. Essa mudança de direção, consolidada a partir da década de 1980, passava por uma leitura da realidade inspirada nos valores marxistas que forneciam um norte para algumas propostas de intervenção em PSC, resumidos em dois pontos: aproximar-se de setores populares ou menos favorecidos e ter como objetivo a transformação social.

A aproximação da psicologia aos setores denominados como menos favorecidos ou populares se concretizou no final da década de 1980 em sintonia com o processo de redemocratização do país, a promulgação da nova constituição e a consolidação de um conjunto de políticas sociais, principalmente no setor de saúde, com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Houve conseqüentemente, a partir da década de 1990, a abertura de campo de trabalho para psicólogos nas instituições públicas de saúde voltadas ao atendimento das classes populares, localizadas em espaços de periferia ou favelas e que valorizavam as ações territoriais como modo privilegiado de intervenção. A psicologia pode então aproximar-se das camadas populares e transformar seus campos de atuação (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Um dos aspectos que diferenciam a prática da PSC de outras práticas da psicologia em comunidades é o seu compromisso com a transformação social, evidenciando sua “ação pedagógico-formativa, já que deve ter um caráter preventivo na perspectiva de implementar projetos políticos que resultem em mudanças na vida cotidiana das pessoas” (FREITAS, 2007, p. 336). A tarefa da Psicologia Comunitária passa a ser dirigida “aos processos de conscientização e participação construídos na rede da vida cotidiana e comunitária” (FREITAS, 2007, p. 336).

Os propósitos da PSC mais recorrentemente expostos são a conscientização e a melhoria da qualidade de vida, ainda que os objetivos indicados na literatura envolvam uma extensa lista: a realização de trabalhos com grupos, intervenções junto a lideranças comunitárias ou instituições diversas que atuam em comunidades, a prevenção em saúde mental, a discussão sobre questões culturais e ambientais, o vínculo com a saúde pública (agora no formato do Programa de Saúde da Família), a promoção da autonomia, cidadania e participação, a conscientização da população e a transformação social, a promoção da auto-gestão, a construção do sujeito comunitário a partir do fortalecimento da identidade individual e coletiva, a promoção a adoção de estilos de vida saudáveis.

Apesar de não haver relatos de intervenções clínicas nesses trabalhos, seus objetivos, por vezes, se parecem bastante com os objetivos de um atendimento clínico *stricto sensu*: oferecer espaços de escuta para anseios, dificuldades e desejos, construir espaços de compartilhamento de experiências subjetivas, significar conflitos internos, resgatar a auto-estima (pois a baixa auto-estima dificulta a postura crítica e transformadora), promover desenvolvimento pessoal e das relações familiares, fortalecer

relações interpessoais e o vínculo familiar, interpretar comportamentos e expressões corporais, promover e resgatar valores, fortalecer a identidade e o sentimento de pertencimento à comunidade.

Os objetivos da PSC apontam, como se pode ver, para direções bastante variadas. A PSC encontra-se, por vezes, presa à dicotomia indivíduo/sociedade e preocupada com formulações individualistas e, em outros momentos, atenta a questões coletivas. Ao manter essa oposição, a disciplina se lamenta por deixar escapar uma das dimensões em suas intervenções. Assim, a tarefa do profissional que atua em comunidades oscila entre questões mais concretas e objetivas, por exemplo relacionadas a saneamento e infra-estrutura, e questões ligadas a afetividade, identidade, solidariedade, bem-estar, auto-estima. A PSC, neste sentido, teve dificuldades em conferir materialidade e historicidade aos temas tradicionalmente abordados pela psicologia e em realizar intervenções coletivas na subjetividade.

Na diversidade que caracteriza a PSC, identificamos alguns objetivos inspirados na experiência marxista, como por exemplo o incentivo à participação e ao exercício da cidadania, a intervenção em grupos ou lideranças comunitárias para que estas se organizem e reivindiquem melhorias nas condições concretas do seu local de moradia, e, principalmente, a conscientização e a transformação social. Alguns objetivos, no entanto, não podemos afirmar que sejam influenciados pela reflexão marxista. Isso porque são usados de maneira ainda mais vaga do modo como indicamos acima e estabelecer uma conexão seria excesso interpretativo. A melhoria da qualidade de vida, um termo largamente usado na literatura da PSC e apresentado inclusive como um dos principais objetivos da disciplina, constitui um desses casos. Considerando a forma como tem sido proposto em outras abordagens da psicologia contemporânea, sua finalidade se filia muito mais às práticas individualistas da psicologia que a um projeto coletivo.

Embora a prática em psicologia comunitária derive de sua aproximação às comunidades, o termo “comunidade” continua bastante indefinido. A escassez de reflexões balizadas sobre esse termo pelos seus autores-representantes é acompanhada por um uso flutuante pelos psicólogos que se dedicaram a realizar trabalhos comunitários. Nos limites da proposta deste texto, enfatizamos uma correspondência binária do termo comunidade às classes trabalhadoras e oprimidas.

As comunidades “carentes, periféricas e desprivilegiadas” (BOMFIM, 1989, p. 119) foram evocadas para explicar o início do trabalho comunitário no Brasil. Nestas comunidades o psicólogo comunitário atuaria na dimensão psico-político-social com o objetivo de promover reciprocidade entre os sujeitos, ajuda mútua e cooperativismo, e, dessa forma, construir comunidades autônomas e livres. Entretanto, o psicólogo comunitário também poderia dirigir suas intervenções às “comunidades de nível sócio-econômico mais elevado” (BOMFIM; MATA; MACHADO, 1989, p. 15). Lá estará

alerta aos problemas gerados pela sociedade esquizo-moderna, que massifica a comunicação, polui o ambiente, sufoca a diversidade, massacra a alteridade [...] lutando contra o desperdício insensato dos recursos ambientais e procurando incrementar novas formas de relações entre o homem e a natureza (BOMFIM; MATA; MACHADO, 1989, p. 15).

Lastória (1989, p. 144), por seu turno, aproxima comunidade a classes trabalhadoras enfatizando sua realidade histórica e indicando



que assumem formas particulares e refletem uma determinada estrutura da vida cotidiana, ou seja, possuem uma posição comum nas relações de produção da sociedade (segmentos das classes trabalhadoras assalariadas).

O livro *Jardins da Psicologia Comunitária*, do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará, aponta materialismo histórico e a crença no potencial do oprimido como fontes de inspiração da psicologia comunitária no Ceará, “é a construção do sujeito histórico capaz de mudar o seu cotidiano pela sua inserção coletiva que a psicologia comunitária persegue” (BRANDÃO, 1999, p. 39). A discussão sobre a identidade desses sujeitos, agentes da transformação, é mobilizada para afirmar que eles não se identificam necessariamente ao proletariado. Isso porque, segundo Brandão (1999, p. 40, grifo do autor),

as relações de dominação e opressão não se dão apenas no nível econômico para se eleger o proletariado como única classe oprimida. [...] a opressão não é algo inerte que possa definir estes como oprimidos e aqueles como opressores. [...]. Na comunidade uma mesma pessoa pode ser oprimida socialmente pela miséria e pelo poder econômico e, por outro lado, em casa, reproduzir estas mesmas relações assimétricas com os seus familiares, por exemplo. O compromisso com a Psicologia Comunitária é com o *oprimido* em qualquer circunstância.

A situação de opressão em que o psicólogo comunitário deve intervir não decorre apenas da sujeição econômica, mas também de outras formas de opressão que se estabelecem entre os sujeitos. A ênfase é colocada tanto na ampliação dos fatores geradores de relações de dominação para além do nível estrutural a fim de incluir a vida espiritual, quanto no deslocamento da perspectiva de que o agente de transformação seria, por excelência, a classe operária, como havia previsto o marxismo ortodoxo (BRANDÃO, 1999).

Ou as intervenções em PSC estão dirigidas a setores economicamente menos favorecidos, mas com objetivos diversos, ou as intervenções estão dirigidas à comunidade ou situações de opressão não necessariamente decorrentes de uma determinação (desfavorecimento) econômica. Então, se é a situação de opressão que define a intervenção, a PSC intervém na família, na escola, ou qualquer espaço que tenha relações de dominação; mas sempre voltada ao oprimido, porque é somente este que pode se libertar.

Por fim, vale a pena ressaltar que a PSC, da mesma maneira que a psicologia social como um todo, é ela também heterogênea, o que significa que ela é composta por diferentes movimentos que a ela se identificam. Sendo assim, dificilmente poderíamos afirmar que todos os seus representantes tenham alguma inspiração na teoria marxista, ou, até mesmo, que ela seja um referencial teórico nuclear. Nosso interesse não é o de identificar algum grupo da PSC que se declare autenticamente marxista, diferenciando-se de outros. Ao percorrer os textos de seus representantes, é fácil observar que mesmo ao constatar a presença de formulações marxistas em suas inclinações teóricas e propostas de intervenção, muitas vezes essa referência ao marxismo aparece de forma difusa e indireta.

## O realismo crítico na Psicologia Social

Como realizar uma psicologia crítica que possa romper ao mesmo tempo com a hegemonia positivista – de individualização e a-historicização dos elementos humanos – e com o risco relativista de perda de contato com a materialidade da vida social?

Com base nesta questão, o realismo crítico se coloca como uma das abordagens que, no interior da psicologia social contemporânea, resgata valores do pensamento marxista. A partir do final da década de 1980, Parker (1989) tenta estabelecer novos rumos para a psicologia social crítica, em oposição tanto às abordagens experimentalistas, quanto às abordagens construcionistas que amparavam a pesquisa unicamente em elementos discursivos. Ao invés disso, o realismo crítico busca a elaboração de uma forma de psicologia social que enfatize a linguagem, o poder e a ideologia, já que estas seriam as formas mais importantes de interação social. O principal mote desta abordagem é o da confluência entre a pesquisa psicológica e a preocupação com a possibilidade de mudanças no mundo real.

A oposição que se pretende fazer para falar de elementos marxistas neste campo da psicologia social contemporânea é entre o realismo crítico e a psicologia discursiva<sup>1</sup>. É preciso considerar que ambos são solidários na crítica à psicologia social experimental, hegemônica até a década de 1970. Uma das principais restrições que se faziam à época a esta psicologia, era em relação à sua suposta neutralidade. O pesquisador em psicologia social estudava os fenômenos sociais por meio de métodos experimentais. Nestas pesquisas, sujeitos individuais eram submetidos aos procedimentos experimentais e os dados eram utilizados com a finalidade de apontar para mecanismos sociais ou tendências de influência ao comportamento.

Ambas as linhas de pesquisa que serão discutidas partem deste mesmo momento crítico, apontando para a imobilidade social e política criada pela psicologia social. No entanto, apesar deste ponto comum, as duas linhas parecem divergir substancialmente entre si.

O realismo crítico adota o marxismo como um referencial de teoria e prática para transformação social. Para que a psicologia social desenvolva uma relação entre a mudança social e a pesquisa, é preciso que haja um entendimento político da interação social. O trabalho da psicologia crítica precisa ir para além de uma desconstrução da psicologia científica ou de uma realização de artefatos não científicos (PARKER, 1999). Para que se realize um trabalho de pesquisa de base marxista, segundo Parker, é preciso considerar que o marxismo não é apenas uma crítica social, mas um programa teórico de pesquisa e um movimento político destinado à compreensão do desenvolvimento histórico e da dinâmica da sociedade por meio da análise de estruturas de exploração econômica, e à revolução das relações sociais caracterizadas pela opressão. Portanto, o diagnóstico de uma situação social de opressão não é considerada como uma finalidade de pesquisa pelos autores do realismo crítico se ele estiver dissociado de um potencial de ação e de tentativa de mudança por parte do pesquisador. E, para que este potencial de ação possa advir, é preciso que o pesquisador afirme a existência real de uma situação social que deixa uma classe de sujeitos em situação de opressão.

A principal diferença entre o realismo crítico em psicologia social e a abordagem discursivista se dá em função da consideração do estatuto ontológico. Os realistas críticos seguem a tradição marxista e postulam a existência de uma estrutura de base, de ordem material e econômica, que é responsável pela produção social da vida. A forma pela qual as pessoas produzem socialmente a vida, suas relações de produção e as formas de desenvolvimento das forças produtivas são determinantes para o desenvolvimento político e jurídico desta sociedade, assim como para suas formas específicas de consciência social. É neste sentido, a partir do princípio de determinação material, que se torna possível falar em opressão e libertação no interior da psicologia social, como o fazem Guzzo e Lacerda Jr. (2010, p. 16):

## 1

A psicologia discursiva é um campo recente da psicologia social que, com base nos referenciais do construcionismo social e da Análise do Discurso, pretende estudar os fenômenos psicológicos a partir dos discursos relacionados, negando a existência de interioridades psíquicas.

Reconhecer a opressão como um fenômeno psicossocial, que resulta em diferentes formas de violência e sofrimento individual e coletivo, exige uma análise e uma interpretação do cotidiano a partir de uma visão materialista e histórica.

Ao contrário disto, as abordagens discursivistas, quando seguem o referencial construcionista, costumam se emparelhar a algo próximo de um idealismo, ou seja, a uma posição que tenta estabelecer como as formas discursivas – e, portanto, de pensamento – são responsáveis pela modificação das condições de vida. Primeiro, estes autores se consideram, como diz Gergen (1994, 2001), ontologicamente mudos, postulando que uma mudança social só pode advir de reorganizações discursivas. O ponto de partida é o antiessencialismo, o reconhecimento de que os objetos do mundo tem uma existência contingente, dependem do contexto histórico e social no qual se encontram. Daí deriva a posição relativista, tal como a descrevem Spink e Spink (2008, p. 578):

Se os objetos não existem independentemente de nós, a realidade não existe para além do conhecimento que temos dela. É neste sentido que a postura construcionista afirma que 'construímos a realidade'. Tal postura é inevitavelmente relativista (...).

A linguagem é vista como uma ferramenta metodológica que garantiria esta possibilidade de mudança social, bem como a estruturação de um campo neutro de argumentações.

Se as instâncias tidas como realidade bruta são realizações sociais, então os acadêmicos estão lidando como uma maquinaria poderosa: a possibilidade de crítica, negação, desconstrução, discussão, para todo tipo de verdade, fato, pressuposto, regime ou filosofia, enfim, para qualquer coisa. O relativismo é quintessencialmente a posição acadêmica, onde todas as verdades estão para-ser-estabelecidas (EDWARDS; ASHMORE; POTTER, 1995, p. 37).

A neutralidade com que se reveste a psicologia social contemporânea, quando vista em relação com a crítica que se dirigia à psicologia experimental, faz com que se reabra a discussão a respeito da relevância social do campo. Neste sentido, o realismo crítico julga necessário proceder uma reavaliação do trabalho da psicologia social crítica, apontando a manutenção da imobilidade social e política no referencial discursivista e relativista corrente.

Para responder à necessidade da negação ontológica, os relativistas evocam o risco de recair na psicologia realista de outrora. Após um longo período de críticas e debates ao referencial realista de pesquisa em psicologia – que culminou com a crise de relevância da psicologia social, nos anos de 1970 – a afirmação de uma realidade social passa a não ser tão simples. Para alguns autores que compartilham os referenciais do construcionismo social, a afirmação de uma realidade no campo psicológico pode ter um efeito semelhante ao da primeira rachadura de uma represa. Uma vez tendo ocorrido o primeiro abalo na estrutura, é impossível evitar que toda a edificação venha abaixo. Asseverar a presença de realidades no campo psicológico, para estes autores, pode significar uma atuação contra o trabalho crítico, que entende que a psicologia social não pode estudar as realidades em si, mas construções sociais historicamente contingentes. Neste sentido, o campo de pesquisa psicológico abrange o domínio da argumentação e permite que diversas construções discursivas sejam elaboradas a respeito de um determinado tema. Permitir que realidades

indiscutíveis penetrem neste ambiente pode implicar a derrocada completa de um modelo de conhecimento que se abriu para a diversidade e para as formas plurais de compreender a complexidade da vida social em nossos dias (EDWARDS; ASHMORE; POTTER, 1995). Em última instância, admitir a presença de entidades reais poderia implicar o reinvestimento de forças numa psicologia realista e minar o estabelecimento de um empreendimento crítico calcado na abordagem discursiva.

Por outro lado, os realistas críticos compreendem a afirmação da realidade no âmbito social como um ponto de sustentação indispensável para alavancar a mudança social. Considerar uma situação social opressiva como uma construção discursiva significa rebaixar o seu potencial de reivindicação, já que a simples possibilidade de que outras construções opostas possam ser elaboradas, faz com que o ímpeto de ação seja, pelo menos, adiado (PARKER, 1999b). Não se nega a importância de considerar a forma pela qual as situações opressivas são historicamente construídas e discursivamente formuladas. Mas, para os autores do realismo crítico, aceitar um referencial exclusivamente discursivista do conhecimento social implica dizer que não há nada mais de objetivo que se possa conhecer, que tudo se resume a narrativas. A desistência de buscar elementos exteriores ao campo da linguagem para compor o domínio da psicologia social pode provocar a sobreposição indefinida de narrativas e obstruir a possibilidade de intervenção.

Posto, de forma breve, este problema de posicionamento em relação à realidade, os realistas críticos pressupõem que, para incorporar uma discussão marxista, a psicologia social precisa não apenas imergir em uma prática política e de pesquisa. Faz-se necessário também observar como a psicologia está incorporada, como instituição, nas práticas da sociedade de classes, capturada para pesquisar os objetivos estabelecidos por classes economicamente dominantes.

## CONCLUSÃO

O perfil institucional e os dispositivos conceituais da psicologia social modificaram-se profundamente nas últimas quatro décadas. Quanto às ideias de Marx, objetivadas ainda no século XIX envolvendo reflexões políticas e econômicas, e objeto de intensas tribulações desde então, tiveram, na maioria das vezes, poucas relações com a prática psicológica. Suas histórias são, sem dúvida alguma, muito variadas. Apesar de a psicologia social e o marxismo terem proveniências bastante distintas, algumas formas assumidas de psicologia social contemporânea tem se inspirado no marxismo, mesmo que esse vínculo não seja, em todos os casos, abertamente declarado. Algumas psicologias sociais se valem ativamente de conceitos, preocupações metodológicas e problemas fundamentais ao marxismo. Entre eles estão os conceitos de alienação e conscientização, assim como a ideia de que a teoria deve estar sempre a serviço da transformação social, não obstante essa apropriação nem sempre seja feita da maneira como a ortodoxia marxista consideraria rigorosa.

Das psicologias sociais contemporâneas em que o marxismo desempenha algum papel, destacam-se a Psicologia Social Crítica e a filiada ao Realismo Crítico. Na primeira delas, a aproximação com o marxismo foi feita, sobretudo pelo deslocamento dos psicólogos de seus locais instituídos de trabalho e pela opção pelos oprimidos visando a transformação social. Na segunda, a aproximação deveu-se a uma crítica dirigida ao relativismo proveniente de uma epistemologia cujo cerne se caracteriza pelo rechaço ao realismo empírico e a redução da totalidade do real a efeitos linguísticos ou narrativos.

Em todo caso, observa-se que os entrelaçamentos entre marxismo e psicologia continua gerando uma reflexão histórica e epistemológica e tem sido utilizado, por esta última, em disputas internas em busca de legitimidade e espaço de atuação.

## Sobre o artigo

Recebido: 13/05/2012

Aceito: 22/05/2012

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T. L. **The authoritarian personality**. New York: Norton, 1950.
- ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGrawHill, 2006.
- BOMFIM, E. M. O psicólogo na comunidade. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v.7, n. 5, p. 119-124, 1989.
- BOMFIM, E. M; MATA MACHADO, M. Psicologia comunitária. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 4, n. 3, p. 13-16, 1988.
- BORON, A. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- BRANDÃO, I. R. As bases epistemológicas da Psicologia Comunitária. In: BRANDÃO, I. R.; BOMFIN, Á. C. (orgs.). **Os jardins da psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial**. Fortaleza: Pró-reitoria de extensão da UFC, ABRAPSO, 1999, p. 31-48.
- CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- DANZIGER, K. **Constructing the subject. Historical origins of psychological research**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- EDWARDS, D.; ASHMORE, M.; POTTER, J. Death and Furniture: the rhetoric, politics and theology of bottom line arguments against relativism. **History of Human Sciences**, London, Sage, v. 8, n. 2, p. 25-49, 1995.
- FARR, R. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FREITAS, M. F. Q. O movimento da lente focal na história recente da psicologia social latino-americana. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. (orgs.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 167-185.
- FREITAS, M. F. Q. Intervenção psicossocial e compromisso: desafio as políticas públicas. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (orgs.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Editora ABRAPSO SUL, 2007, p. 329-341.
- GERGEN, K. **Realities and relationships: Soundings in social construction**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. Construction in contention: Toward consequential resolutions. **Theory & Psychology**, London, Sage, v. 11, n.3, p. 419-432, 2001.
- GONZÁLEZ R. F. **O social na psicologia e a psicologia social. A emergência do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- JAHODA, G. **A history of Social Psychology: from Eighteenth-Century Enlightenment to the Second World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LACERDA, F.; GUZZO, R. S.L. (orgs.). **Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas, SP: Alínea, 2011.
- LANE, S. T. M. A psicologia social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. **Paradigmas em**

**Psicologia Social: a perspectiva latino-americana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 58-69.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social. O homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LASTÓRIA, L. C. N. A psicologia na comunidade. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v.4, n. 7, p. 143-146, 1987.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** São Paulo: Buscavida, 1987.

MAISONNEUVE, J. **Introduction à la psychosociologie.** Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. **The Making of Modern Social Psychology: the hidden story of how an international social science was created.** Cambridge: Polity, 2006.

PARKER, I. **The crisis in Modern Social Psychology – and how to end it.** London: Routledge, 1989.

PARKER, I. Psychology and Marxism: Dialectical Opposites? In: MAIERS, W. (orgs.). **Challenges to Theoretical Psychology.** Toronto: Captus University Publications, 1999a, p. 477-484.

\_\_\_\_\_. Against relativism in psychology, on balance. **History of Human Sciences**, London, Sage, v.12, n. 4, p. 61-78, 1999b.

ROSE, N. A psicologia como ciência social. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v.20, n. 2, p. 155-164, 2008.

SPINK, M. J. P.; SPINK, P. K. A psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008, p. 565-585.

YAMAMOTO, O.; OLIVEIRA, I. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. esp., p. 9-24, 2010.